



A TERCEIRA IDADE DO CONCILIO VATICANO II: Papa Francisco e o *aggiornamento* conciliar

THE THIRD AGE OF THE SECOND VATICAN COUNCIL: *Pope Francis and the Conciliar aggiornamento*

LA TERCERA EDAD DEL CONCILIO VATICANO II: *Papa Francisco y el aggiornamento Conciliar*

João Décio Passos *

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião.

São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: jdpassos@pucsp.br

ORCID: [0000-0003-4390-0423](https://orcid.org/0000-0003-4390-0423)

RESUMO

Os sessenta anos do Concilio Vaticano II pedem balanços das recepções ocorridas nessa temporalidade, ainda curta perante a longa e lenta história da Igreja Católica. As reflexões adotam como referências a fontes primárias dos textos do magistério conciliar e do magistério franciscano e de fontes especializadas do evento conciliar. A hipótese de uma terceira idade conciliar norteia o percurso em três momentos principais. A era conciliar trilhou um percurso marcado por contradições e atingiu um ponto saliente no pontificado do Papa Francisco, imagem adequada de uma terceira idade conciliar. As reformas empreendidas pelo Papa latino-americano retomaram o *aggiornamento* conciliar como pauta positiva e superou dicotomias entre Igrejas periféricas e Magistério central da Igreja. A hermenêutica franciscana eleva-se do contexto de recepção das reformas conciliares na América Latina e oferece sínteses que transpõem as experiências eclesiais locais para a Igreja universal.

Palavras-chave: Papa Francisco; Igreja Católica; Recepção; Reforma; Vaticano II.

ABSTRACT

The sixtieth anniversary of the Second Vatican Council calls for a review of the receptions that have taken place during this time, which is still short in the long and slow history of the Catholic Church. The reflections draw upon primary sources from the texts of the conciliar magisterium and the Franciscan magisterium, as well as specialized sources on the conciliar event. The hypothesis of a third conciliar age guides the analysis in three main stages. The conciliar era has travelled a path marked by contradictions and has reached a salient point in the pontificate of Pope Francis, a fitting image of a third conciliar age. The reforms undertaken by the Latin American Pope took up the conciliar aggiornamento as a positive agenda and overcame dichotomies between peripheral Churches and the central Magisterium of the Church. Franciscan hermeneutics rises from the context of the reception of the conciliar reforms in Latin America and offers syntheses that

*Doutorado em Ciências Sociais e Livre Docência em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

transpose local ecclesial experiences to the universal Church.

Keywords: Pope Francis, Catholic Church, Reception, Reform, Second Vatican Council.

RESUMEN

El sexagésimo aniversario del Concilio Vaticano II exige una revisión de las recepciones que han tenido lugar durante este tiempo, todavía breve en la larga y lenta historia de la Iglesia católica. La era conciliar ha recorrido un camino marcado por las contradicciones y ha alcanzado un punto culminante en el pontificado del Papa Francisco, imagen adecuada de una tercera era conciliar. Las reformas emprendidas por el Papa latinoamericano retoman el aggiornamento conciliar como una agenda positiva y superan las dicotomías entre las Iglesias periféricas y el Magisterio central de la Iglesia. La hermenéutica franciscana surge del contexto de recepción de las reformas conciliares en América Latina y ofrece síntesis que transponen las experiencias eclesiales locales a la Iglesia universal.

Palabras Clave: Papa Francisco, Iglesia Católica, Recepción, Reforma, Vaticano II.

1 INTRODUÇÃO

A metáfora da terceira idade aplicada ao Concilio Vaticano II faz pensar em alterações sistêmicas no corpo eclesial desde as reformas conciliares. As transformações são inerentes a todo sistema, os naturais e os históricos, mesmo quando ocorrem de maneira lenta e imperceptível. Embora a consciência tradicionalista perceba a realidade como expressão de uma essência imutável e toda mudança como perigosa, senão fruto de erros, o fato é que o que designa o real é a mudança permanente. Nesse sentido, um evento que completa sessenta anos na era das grandes revoluções do século XX insere-se, inevitavelmente, em um ambiente de mudanças que impactam as hermenêuticas que o interpretam enquanto é recepcionado. A interrogação inevitável nessa data é sobre o que teria mudado na compreensão e na prática conciliares. A reflexão fala de novo do que vem sendo perguntado e respondido nas últimas décadas, na medida em que o carisma conciliar demonstrava certos desgastes.

A realidade eclesial atual revela as ambiguidades das renovações conciliares de modo saliente, tanto do ponto de vista das divergências internas, quanto das oposições dos grupos que rejeitaram desde o início aquelas renovações. As tendências tradicionalistas de todos os vieses assumem como causa central precisamente as renovações conciliares e propõem cada qual segundo suas percepções, posicionamentos críticos em relação a essas mudanças. O Vaticano II constitui um marco da Igreja Católica no século XX, um divisor de águas que distinguiu de forma clara, declarada e definitiva as tendências conservadoras e renovadoras

desde as sessões conciliares até o pontificado de Francisco. A hipótese de três idades¹ da era conciliar estrutura a reflexão em três pontos principais, culminando no pontificado franciscano. A partir da experiência eclesial latino-americana que deu vigor e concreticidade às reformas conciliares, o Papa argentino tem conduzido seu pontificado numa dinâmica que poderia ser definida como terceira fase da recepção do Concilio (Theobald, 2015)². O que moveu e orientou as reflexões e decisões conciliares, a volta às fontes e a sintonia com as realidades presentes, é assumido por Francisco como pressuposto e método de suas posturas e magistério.

2 A GESTAÇÃO DO NOVO POR DENTRO DO VELHO

A convocação da Igreja ao *aggiornamento* (Almeida, 2015) orientou e construiu as reflexões e decisões conciliares e, por consequência, a fase de recepção nas Igrejas particulares, nas Congregações religiosas, nas Conferências Episcopais nacionais e continentais e nos segmentos eclesiais leigos. A era pós-conciliar foi compreendida como o tempo da recepção das renovações eclesiás definidas pelos resultados finais do Concilio, divulgados e oficializados nos dezesseis Documentos promulgados gradativamente ao final das quatro sessões que compuseram o grande evento. A interrogação sobre o que teria restado do Vaticano II já pode ser observada nas posturas conciliares, sobretudo nas expressões dos que rejeitaram as decisões como ruptura com a autêntica tradição.³ Para a maioria conciliar que aprovou os documentos e o Concílio como um todo, a interrogação sobre qual seria o verdadeiro resultado conciliar também se mostrou nas tendências presentes no interior da assembleia e, sobretudo, nos tempos de recepção imediatamente após a conclusão da grande assembleia (Alberigo, 2008, p. 483-508). O teólogo Massimo Fagioli demonstrou de forma clara essa luta pelo sentido como uma chave de leitura para compreender o que ocorreu e o que está ocorrendo na Igreja atual (Fagioli, 2013).

¹ A hipótese de três fases da recepção conciliar pode ser expressa na percepção de uma primeira fase de incrementação imediata das decisões conciliares no entorno do pontificado de Paulo VI, de uma segunda fase que busca um significado do Concilio na linha da continuidade da longa tradição e de uma terceira fase de retomada das intuições e das teologias conciliares no magistério do Papa Francisco.

² Sobre o conceito de recepção na Igreja vale conferir a obra de J. Eduardo B. de Pinho (1994).

³ Sobre o conceito de tradição e sua distinção em relação ao tradicionalismo, vale conferir: Congar, 2025, p. 7-21.

2.1 A construção do novo

No Discurso inaugural do Concilio o Papa João XXIII havia detectado a presença ativa dos “profetas da desventura” dentro da Igreja; daqueles que rejeitavam a modernidade como tempo de decadência e a necessidade de a Igreja continuar na postura condenatória dos erros modernos. Na posição oposta, o Papa insistia no diálogo com a sociedade atual e na renovação da Igreja (1962). A assembleia conciliar foi uma construção coletiva que rompeu gradativa e parcialmente com cosmovisões pré-modernas nas quais a Igreja era compreendida como centro da história, tendo em seu topo o Pontífice romano. Para os tradicionalistas, desde as definições do Vaticano I havia sido encerrada a era dos Concílios, uma vez que o Papa fora entendido, desde então, como magistério não somente supremo, mas também único dentro da Igreja. A declaração da infalibilidade papal calcava e maximizava essa eclesiologia *papocêntrica* que dispensava qualquer referência à colegialidade e sinodalidade eclesial. De acordo com essa percepção, recorrer à instituição conciliar seria um retrocesso.

A luta pelo convencimento da necessidade de uma renovação da Igreja mediante um novo Concilio já havia acompanhado todo o processo preparatório que contou com a posição firme e estratégica de João XXIII (Comonchak, 1996, p. 171-354). Para os reformadores que ganham hegemonia crescentes nos campos de força antagônicos, o *aggiornamento* era um princípio e uma meta que ia traduzindo-se em método e em posturas eclesiais. A luta entre o velho e o novo acontecia inevitavelmente, tendo em vista a força de resistência às renovações que vinha munida de uma longa tradição, de um arcabouço doutrinal rígido e amparada por um aparelho institucional hierárquico. Tratava-se de uma resistência diversificada: as frentes mais aguerridas e intransigentes, as forças conservadoras difusas e temerosas das mudanças e as frentes inertes que resistem pelo temor do novo sem se organizarem politicamente. Nessa moldura, pode-se localizar a luta entre renovação e conservação como: a) Luta entre eclesiocentrismo e diálogo com as alteridades: afirmação da centralidade teológica, social e política da Igreja Católica em oposição ao mundo moderno secular e autônomo; b) Luta entre hierarcologia e Igreja comunhão dos fiéis: defesa de uma eclesiologia centrada no poder sagrado distinto por natureza ontológica e teológica dos leigos; c) Luta entre a cosmovisão escolástica e a cosmovisão moderna: tensão que confronta uma tradição teórico-metodológica essencialista com uma perspectiva histórica herdada da modernidade; d) Luta entre dogmatismo e personalismo: percepção dogmática como regra

da doutrina, da norma moral e da lei que se confronta com a consciência da centralidade da pessoa humana concreta situada nas condições de tempo e espaço.

Estes campos de forças, ora mais implícitos ora mais explícitos nos debates e decisões conciliares, alcançaram o patamar de síntese na maioria das questões, porém em uma negociação entre a tradição e a renovação: entre Igreja como condição comum dos fieis batizados (corpo místico de Cristo, comunhão de batizados e povo de Deus) e Igreja Hierárquica, entre papado e colegialidade, entre centralidade do laicato e centralidade da hierarquia, entre sacerdote ministerial e sacerdócio comum, entre a centralidade das Escrituras e a Tradição (e tradições), entre a centralidade da verdade católica e a verdade das demais Igrejas, entre a tradição hermenêutica católica e os métodos de estudos bíblico modernos, entre a natureza transcendente da Igreja e as condições históricas a serem discernidas, entre a autoridade da Igreja e a liberdade religiosa e entre a doutrina católica e as ciências modernas.⁴

O Vaticano II convidou para o diálogo os interlocutores que antes eram considerados distantes, perigosos e, atém mesmo, inimigos da Igreja. Numa imagem de círculos concêntricos que focalizam do mais próximo ao mais distante, pode-se pensar nas seguintes esferas: 1^a) Diálogo interno entre os distintos sujeitos eclesiás, sendo os mais básicos os clérigos e os leigos; 2^a) Diálogo com as confissões cristãs; 3^a) Diálogo com outras religiões; 4^a) Diálogo com a sociedade moderna; 5^a) Diálogo com os ateus/inimigos (Passos, 2015, p.238-249).

Não se tratou de um projeto inclusivo pré-elaborado, mas do resultado de um processo de quatro anos de reflexão que contou com estudos, debates e decisões que reposicionavam o episcopado de mentalidade escolástica e tridentina, a cada etapa conciliar. O processo vivenciado expressa, precisamente, essa ampliação de foco e simultaneamente o despertar de uma “consciência conciliar” (Alberigo, 2006, p. 49-80) que começa com as decisões mais internas sobre a liturgia (Constituição *Sacrosanctum concilium*) e conclui com as decisões sobre a Igreja na sociedade atual (Constituição *Gaudium et spes* = GS)⁵. A assembleia conciliar foi superando a postura eclesial alterofóbica (temerosa e condenatória das renovações e sujeitos modernos) e adotando uma postura de diálogo e serviço à humanidade atual: “Não se encontra nada de verdadeiramente humano que não lhes ressoe

⁴ Sobre a luta entre preservação e renovação no âmbito dos debates conciliares vale conferir o testemunho de Boaventura Kloppenburg em suas crônicas sobre o Concilio: Kloppenburg, 1963, p. 308; na fase posterior ao Concilio a obra de Massimo Faggioli (2013) oferece um mapa preciso das distintas posições.

⁵ Para os documentos do Concílio ver Compendio Vaticano II (1985).

ao coração” (GS 1). E, afinal “É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada” (GS 3). O Concílio se construiu num movimento de diálogo que se ampliava e, nesse ritmo, as posições eram assumidas e os Documentos elaborados e promulgados. Entre os esquemas previamente elaborados na fase preparatória e os Documentos finais promulgados nota-se uma distância monumental, em termos de conteúdo e, por conseguinte, de método de trabalho. Os padres conciliares não homologaram textos e conteúdos previamente elaborados, mas foram assumindo a posição de protagonistas que se responsabilizavam pela construção de uma nova visão de Igreja, de ser humano, de sociedade e das relações entre ambos. Neste sentido, pode-se falar corretamente em uma revolução copernicana na visão e na *práxis* da Igreja (Velasco, 1996).

2.2 A preservação do antigo

Contudo, o sujeito que promoveu e realizou as renovações conciliares foi uma instituição tradicional. A Igreja Católica emblematiza em sua duração milenar e em sua organização esse tipo organizacional sociopolítico com todos os seus mecanismos de preservação. Foi a instituição milenar organizada hierarquicamente, edificada sobre a distinção entre sacerdotes e leigos e administrada por um poder central que promoveu as reformas das ideias sobre a sociedade e sobre si mesma, sem, contudo, renovar sua própria estrutura. As renovações conciliares permaneceram no âmbito de uma teologia axial do poder religioso e de um vínculo entre as fontes, a longa tradição e as renovações presentes. Embora seja essa a lógica constitutiva de todas as tradições religiosas, ela conheceu seus arranjos preservadores próprios na Igreja Católica. O historiador do islamismo Emílio Ferrin sugere a categoria “continuidade retroativa” (2018, 6-14) para entender a formação permanente das instituições no decorrer do tempo, quando em nome da fidelidade às fontes elas oferecem suas ortodoxias doutrinais. É precisamente nessa circularidade entre o passado e o presente que as ortodoxias são apresentadas como expressão fiel daquilo que sempre foi, de uma verdade que flui para sempre. A volta às fontes e a acolhida das realidades presentes foram os dois movimentos metodológicos que construíram as renovações conciliares (Küng, 1999, p. 130-133). Na perspectiva sugerida por Ferrin (2018) seria, na verdade, um mesmo movimento que confere ao presente o caráter de perenidade, tendo suas raízes na fonte mais pura e verdadeira. Só há renovação em nome da preservação,

mas também é verdade que na percepção da dinâmica da tradição – como transmissão – só há preservação por meio da renovação ou da atualização.

De fato, o Vaticano II concretizou metodológica e politicamente opções de renovação ancoradas em preservações. A assembleia discerniu e negociou o que deveria ser preservado como imutável e o que deveria ser renovado. Desta forma: o princípio da colegialidade foi construído no anteparo do papado, o ecumenismo foi adotado na moldura da centralidade católica, o diálogo inter-religioso na moldura identitária católica, os estudos bíblicos foram acolhidos sob os pressupostos da tradição católica e do magistério, o diálogo com a sociedade moderna foi adotado como caminho conduzido pela perspectiva da filosofia clássica, e assim por diante. A categoria ambiguidade pode ser utilizado para definir essa dialética que exclui oposições, suporta paralelismos e permite integrações (Queiruga, 2015, p. 17-30).

Numa perspectiva global, pode-se afirmar que as renovações eclesiológicas preservaram as estruturas antigas: o mesmo corpo organizacional eclesiástico centralizado (tradição, jurisdições, sistema canônico, símbolos e regras), a mesma ordem hierárquica (a divisão estrutural entre clérigos e leigos com seus mecanismos de reprodução) a mesma teologia do poder (sustentada pela teologia do sacerdócio), as mesmas regras de funcionamento (os processos legais, os mecanismos de formação do clero, o poder clerical episcopal e presbiteral e de nomeação de bispos) e a mesma estrutura masculinizada (que separa os homens e as mulheres como distintos no exercício do poder religioso). Essas ambiguidades revelam os limites das ideias em termos de renovação política e institucional. A eclesiologia centrada na igualdade dos fiéis (comunhão de batizados e povo de Deus) não refaz o velho corpo hierárquico, apenas renovou suas funções como serviço ao povo de Deus (LG 18). É por dentro dessa moldura ambígua que as renovações conciliares emergiram com seus limites nas décadas seguintes à conclusão do Concilio e conhecem hoje suas tentativas de maior coerência por meio do processo sinodal (Passos, 2023). A própria luta pelo sentido de que fala Faggioli (2013) expressa as possibilidades de um conflito de interpretações que podem beber tanto das renovações teológicas quanto das preservações de modelos eclesiás e, sobretudo eclesiásticos centrados em teologias anteriores às renovações.

3 A JUVENTUDE CONCILIAR

Além das ambiguidades mantidas pelas renovações conciliares, não restam dúvidas de que as renovações conciliares produziram efeitos transformadores em frentes e localidades diferentes da Igreja pelo mundo afora. É preciso, antes de tudo, negar qualquer ideia de um *aggiornamento* uniforme e linear no conjunto da Igreja. Ademais, as renovações não compuseram um corpo doutrinal uniforme e menos ainda composto em estilo jurídico que pudesse dispersar distintas interpretações. A era conciliar foi, de fato, mais um espírito de renovação, um carisma renovador que convidou, agregou e conduziu de forma aberta e criativa os sujeitos convertidos às renovações desde então compreendidas como necessárias para a vida da Igreja. Aqueles sujeitos defensores de uma ordem doutrinal, eclesial e eclesiástica segura e uniforme contavam com a velha estrutura a partir da qual podiam ancorar as renovações inevitáveis, sem maiores impactos. Os bispos de perfil tradicional que acataram as renovações conciliares por razões de fidelidade ao magistério extraordinário, puderam contar com a longa tradição católica e com suas sobrevivências no corpo institucional. Era, de fato, mais simples e natural renovar preservando o antigo do que instaurar práticas de *aggiornamento* efetivamente novas que viessem produzir rupturas estruturais. Por essa razão, nas décadas seguintes ao Vaticano II, as renovações contaram mais com o voluntarismo de mentes e coração abertos ao novo de pastores e leigos e, até mesmo, de Igrejas locais e continentes do que propriamente com uma regra universal e coercitiva⁶. E mesmo que esse estilo tivesse sido adotado nas decisões conciliares, restaria sempre o déficit de recepção por parte dos leigos no conjunto da Igreja, conforme ocorreu com o próprio Concilio de Trento. Por mais jurídicas que fossem, entre as decisões dos padres conciliares e a vivência dos fiéis católicos colocar-se-ia o hiato das recepções que demandam processos longos de educação eclesial, de catequese e de formação teológica do conjunto da Igreja, incluindo nesse processo de aprendizado os próprios pastores que vão sendo nomeados.

O Vaticano II inaugurou uma nova compreensão da própria instituição conciliar a partir do pressuposto de uma compreensão própria de tradição (*paradosis*), conforme expôs de forma magistral Christoph Theobald (2015). A recepção conciliar rompe com a ideia de um código fixo e unívoco a ser reproduzido por todos no conjunto da Igreja; introduz uma *práxis* na qual todos os sujeitos eclesiás, pastores e fiéis, são efetivamente intérpretes e

⁶ Sobre o estilo dos Documentos conciliares vale conferir: O'malley, 2014, p. 56-64.

atores de um processo de renovação. Nesse sentido, a era conciliar não pode ser entendida como uma era concluída, mas como um processo criativo de construção que conta com a presença do Espírito que conduz à verdade todas as Igrejas nos mais diversos recônditos da terra. A imagem de um novo pentecostes evocada com frequência por João XXIII expressa essa dimensão carismática do evento e da era conciliar que se encontra em curso (Alberigo, 2006).

3.1 As Igrejas renovadas e renovadoras

A Igreja Católica pós-conciliar vivenciou de forma concreta a consciência eclesial de Igreja local como sujeito coletivo feito de sujeitos individuais. Cada Igreja local é a Igreja universal que se concretiza no tempo e no espaço; em cada particularidade se concretiza a universalidade (Kasper, 2012, p. 345-349). O protagonista da renovação conciliar não está resumido ou delegado a uma instituição oficial apta a dizer o que é ou não é o *aggiornamento*, como ocorreu com o Concilio de Trento, mas a todo povo de Deus sob a condução de seus pastores. A percepção eclesial é de uma Igreja em permanente processo de renovação dentro de uma história em permanente mudança. A clareza teológica, eclesial e metodológica dessa postura adveio aos poucos e encontrou sua formulação mais completa no último documento conciliar (*Gaudium et spes*) com a noção de sinais dos tempos (4, 12 e 44). Assim diz a Constituição:

É dever de todo povo de Deus e sobretudo dos pastores e teólogos, com a ajuda do Espírito Santo, saber ouvir, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz, da palavra de Deus, de modo que a Verdade revelada possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida e apresentada de um modo mais conveniente (Compendio Vaticano II, GS 44).

A leitura dos sinais dos tempos articula crítica e criativamente fé-realidade, Igreja e sociedade e verdade revelada e linguagens de nosso tempo. Os sujeitos eclesiás inseridos nos diversos contextos sócio eclesiás munidos da consciência de igreja particular e dos métodos de discernimento histórico fizeram as recepções locais do *aggiornamento* conciliar. Os resultados foram variados e fecundos em distintas regiões do planeta. Na América Latina a recepção tomou rumos diversos: a) Com os diversos sujeitos eclesiás: episcopados, religiosos ao laicato, organizados em associações e assembleias eclesiás continentais, nacionais e locais; b) Com a construção de comunidades eclesiás de base nas

periferias sociais; c) Com a militância profética: concretizada na luta em prol da justiça e da liberdade; d) Com a organização de pastorais de conjunto para todas as esferas de organização eclesial; e) Com esforços de inserção social e cultural nas realidades locais; f) Com a organização de ministérios eclesiás leigos; g) Com a reflexão teológica local e articuladora da fé com a realidade; h) Com a prática de hermenêuticas populares de leitura da Bíblia.

Na América Latina foi se consolidando a prática de um magistério local (continental e nacionais) por meios das Conferências dos respectivos episcopados e, por conseguinte, uma tradição eclesial, teológica e pastoral locais que expressaram o modo concreto de conceber e praticar a Igreja como povo de Deus, sacramento do Reino e servidora da humanidade, de modo preferencial dos pobres.

3.2. As reações conservadoras

As reações conservadoras às mudanças definidas pelo Vaticano II tiveram seu lugar ainda dentro da própria Assembleia, como já foi mencionado acima (Kloppenburg, 1963). Na fase de recepção compôs gradientes e fases distintas tendo como epicentros a rejeição, a resistência ou a revisão das decisões conciliares. Nessas frentes distintas confluíram muitas vezes os tradicionalistas que rejeitavam o conjunto ou partes das decisões conciliares e os tradicionais católicos que permaneciam referenciados por parâmetro tridentinas. Consolidou-se uma distinção entre os intérpretes então denominados neomodernistas e os intérpretes da continuidade, os primeiros considerados equivocados e os segundos autênticos e oficiais.⁷ A esse respeito, a obra recente do jornalista tradicionalista Michael Heynes se mostra emblemática: denomina o Catecismo da Igreja Católica como “Catecismo moderno” e tece as críticas aos seus conteúdos a partir de Catecismos fundamentados em Trento (Haynes, 2025).

Em todas essas frentes o Vaticano II não é recebido como uma questão passiva a ser considerada em sua integridade e como uma decisão suprema do magistério da Igreja. A ideia plantada de um conflito de interpretação do correto significado das renovações conciliares permitiu que se pudesse ao mesmo tempo afirmar a legitimidade do Concílio e negar a radicalidade de suas decisões em nome da continuidade da longa tradição. As

⁷ Sobre a divergência hermenêutica do significado do Vaticano II, conferir Agostino Marchetto, 2012.; Massimo Fagioli, 2013, p. 132-168.

tendências tradicionais e tradicionalistas, embora afirmem críticas comuns às renovações conciliares, posicionam-se de forma distintas, conforme os perfis dos grupos e sujeitos: a) Na negação do conjunto da obra por operar ruptura com a autêntica tradição e com a doutrina; b) Na resistência em recepcionar e praticar o Vaticano II em todos os aspectos nas Igrejas locais; c) Na necessidade de ponderar o significado das renovações conciliares em nome de uma continuidade que nega qualquer ruptura; d) Na relativização do significado doutrinal do Concilio em nome de sua natureza tão somente pastoral. Em todos os casos recorreram-se a modelos teológicos e eclesiais anteriores aos definidos pelo Concilio e os adotaram como parâmetros de leitura das renovações. Em nome de uma hermenêutica da reforma/continuidade (Bento XVI, 2005) colocaram o significado renovador do Concilio sob suspeita de ruptura e mesmo os que afirmavam sua autenticidade enquanto magistério extraordinário, adotaram posturas revisionistas em relação ao significado doutrinal das definições conciliares. A saída dogmática para o conflito hermenêutico foi a afirmação do significado pastoral das definições conciliares e, por conseguinte, a negação de seu conteúdo doutrinal. Ficava assim salva a longa tradição doutrinal das armadilhas da ruptura praticada pelos neomodernistas conciliares. A tradição e a doutrina perenes se sobreponham à renovação localizada no âmbito pastoral.⁸

A constatação de uma crise da identidade católica resultada das renovações conciliares desencadeou um movimento crescente de retorno à identidade católica estabelecida pela era tridentina. O resultado político-eclesiástico progressivo foi o crescimento das tendências e grupos tradicionalistas dentro da Igreja que se posicionaram de formas distintas, porém sintonizados: a) Como apoio mútuo em torno de uma confluência básica centrada em parâmetros pré-conciliares; b) Como crescente publicização de posturas anti-conciliares dentro de grupos integrados no corpo eclesiástico; c) Na adoção de políticas eclesiásticas de controle do perfil do episcopado e do clero; d) Na construção de consensos simbólicos em torno de rubricas, símbolos e comportamentos litúrgicos de índole tridentina e devocionistas; e) Como acirramento de posturas negacionistas da normatividade do Concílio e, em certos casos, da sucessão apostólica na figura do Papa atual; g) Como negação da Doutrina Social da Igreja; h) Como suspeita ou rejeição da sociedade e

⁸ A obra monumental de Christoph Theobaldo *A recepção do Concílio Vaticano II* (2015) se encarregou de construir um parâmetro hermenêutico que nega no fundo e na forma essa dicotomia hermenêutica quando enquadra o conceito de tradição na perspectiva da historicidade, o que teria sido a compreensão e a prática do Vaticano II na linha de continuidade com os Concílios anteriores sem excluir as reais renovações.

da cultura modernas, consideradas fonte de erros e de relativismo; i) Como afinidade com regimes políticos autoritários de extrema direita (Passos, 2020).

As políticas revisoras oficiais do Vaticano II instauraram a legitimidade do princípio e do critério de conservação como postura ortodoxa, alternativa às posturas consideradas como exageros (heterodoxia) da parte dos renovadores localizados, sobretudo, nas Igrejas periféricas. Os grupos tradicionalistas integrados e posicionados de distintas formas na Igreja Católica (como a Fraternidade São Pio X, a Diocese separatista de Campos e os Arautos do Evangelho) são indicativos concretos dessa tendência legitimadora que acolheu e relativizou as posturas que rejeitavam (e rejeitam) no conjunto e em partes as renovações conciliares. As renovações conciliares deixaram de ser um parâmetro único e universal, sobretudo para o rito latino. É nesse quadro ambíguo que ocorre a renúncia de Bento XVI e a eleição de Jorge Mario Bergoglio em 2013 e dele emergirão os esforços de reforma da Igreja empreitados pelo Papa do fim do mundo.

4 A TERCEIRA IDADE CONCILIAR

A metáfora da terceira idade adotada para o evento sexagenário não quer indicar simples envelhecimento, embora a rotinização histórica seja inerente a todos os processos renovadores. Sessenta anos depois a era conciliar permanece viva conforme o *ethos* católico – como magistério atual e universal – e conforme a nova percepção de tradição – como transmissão – permanece como uma era em plena construção. Se se pode falar em uma terceira fase conciliar ela tem um sinônimo inequívoco: o Papa Francisco. A acolhida das renovações conciliares para além das hermenêuticas focadas na continuidade encontrou em Francisco sua plena concretização. Seu confrade e professor J. C. Scannone afirma que ele continua a “agenda inacabada do Vaticano II”. O novo Pentecostes da Igreja declarado por João XXIII significa que nos encontramos numa era de ação do Espírito quando o texto conciliar é, de fato, uma fonte de permanente renovação (2019, p. 185). O Papa Francisco assume o processo de renovação conciliar como agenda a ser implementada em toda a reforma inadiável da Igreja (*Evangelii gaudium* = EG 27-33). A recepção papal do Vaticano II não se trata de uma atitude puramente intraeclesial, mas de uma acolhida das renovações no contexto histórico atual, marcado por imensos desafios planetários, sociais, políticos e culturais. Em sintonia com a realidade presente e discernindo seus sinais, Francisco retoma, aplica e tira as consequências das posturas conciliares fundamentais.

4.1 A postura reformadora

A sucessão do Papa Bento XVI pelo Cardeal argentino significou um deslocamento geopolítico de hemisfério norte para hemisfério sul, de Igreja do centro para Igreja periférica e de uma posição de conservação para uma posição de renovação. Um projeto de reforma se mostrava legítimo e necessário no contexto de crise que assolava a Igreja (Küng, 2012). A postura reformadora do novo Papa já mostrou seus primeiros sinais no nome adotado, nos gestos e nas primeiras declarações do novo Papa. A Igreja autocentrad(a) (expressão adotada por ele nas Congregações que anteciparam o Conclave) deveria dar lugar a uma outra percepção e práticas eclesiais. O propósito não tardou a vir: a Igreja em saída, declarada na Exortação programática do pontificado, *Evangelii gaudium*. A reforma da Igreja programada por Francisco ia muito além de uma simples reforma moral e disciplinar que lhe havia sido delegada pelos pares do Conclave. Tratava-se de uma programática que indicava; a) Uma postura permanente da Igreja: *ecclesia semper reformanda*; b) Uma fidelidade à sua fonte: “o coração do evangelho”; c) Uma retomada das renovações oferecidas pelo Vaticano II. A tarefa de reformar a Igreja era de ordem política, mas antes de caráter teológico, advinha de sua própria natureza como povo de Deus e como servidora da humanidade. A Igreja em saída era, portanto, princípio, meta, projeto e percurso a serem adotados pela Igreja em todas as dimensões da vida eclesial e com as consequências para a vida social e política da atual fase da humanidade conectada planetariamente sob os mais variados aspectos.

4.2 A historicidade como hermenêutica fundamental

O pensamento franciscano segue as trilhas do Vaticano II que supera a postura essencialista, fixista e hierarcológica pela perspectiva histórica, onde a Igreja se encontra situada e exerce sua missão como sinal e servidora. A percepção essencialista da tradição e da doutrina se opõem à percepção histórica praticada pelo Concilio e por Francisco.⁹ É dentro da história real - ao mesmo tempo divinizada pelo Verbo encarnado e construída nas

⁹ Esses paradigmas mutuamente excludentes (Vaz, 2001) parecem constituir o fundo epistemológico dos conflitos hermenêuticos em relação à natureza das definições conciliares (doutrinal ou pastoral), da inserção do evento na longa tradição (continuidade ou ruptura), da percepção eclesial (Igreja universal anterior e superior às Igrejas locais), das normas morais (universais e anteriores aos condicionamentos históricos) e das renovações eclesiás (em sintonia com as renovações históricas). (Passos, 2023, p. 91-98)

contradições presentes - que ocorre a experiência de Deus e, dentro do mesmo processo histórico, a tradição é construída e repassada, assim como a doutrina é formulada e reformulada. Nesse lugar em transformação permanente onde age o Espírito é que a Igreja está situada, que o Magistério exerce sua função de ensinar sempre de novo, voltando continuamente a sua fonte que é Jesus Cristo. Os quatro princípios ensinados na *Evangelii gaudium* (222-233) Francisco expressam o protagonismo da historicidade sobre as essências estáveis e do discernimento do presente acima da verdade fixa repetida sem mudanças. Na pressa do tempo que passa afirma o “tempo é superior ao espaço”, na cultura tradicional das ideias, indica que “a realidade é mais importante que as ideias” e perante os conflitos que devem ser assumidos e jamais contornados repete que a “unidade prevalece sobre os conflitos”.

Francisco herda, resgata e tira as consequências da virada hermenêutica conciliar (Scannone, 2019, p. 185-208). No interior de seu método podem-se observar algumas opções que expressam essa relação com o espírito conciliar e tira delas as últimas consequências a partir de seu lugar histórico-eclesial latino-americano e de religioso jesuítico: a) Na afirmação do método que articula fonte bíblica e realidade presente: o coração do Evangelho como centro de onde se retira a energia e a referência para tudo o que constitui a vida cristã e as periferias humanas; b) Na utilização do método ver-julgar-agir como caminho de construção da reflexão teológica de forma a superar os dualismos entre fé e realidade, mística e análise da realidade; c) Na necessidade de renovação permanente da tradição, da doutrina e das normas, tendo como fonte e referência a práxis de Jesus de Nazaré, presença histórica da misericórdia divina.¹⁰

4.3 A busca da coerência eclesiológica

Como foi dito, a eclesiologia do Vaticano II não foi traduzida estruturalmente de forma que, apesar de toda revolução na esfera do pensamento, a percepção e organização hierárquica da Igreja permaneceu praticamente mesma. No âmbito de uma reforma estrutural restava tudo a fazer. Na *Evangelii gaudium* a necessidade de uma reforma estrutural foi apresentada como pauta:

¹⁰ A exposição sobre *A hermenêutica de Francisco* pode ser conferida em *O pontificado do Papa Francisco* (Passos, 2025, p. 153-176).

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação (EG 27).

Este sonho foi perseguido por Francisco e fez com que pautas antes proibidas viessem à tona e se tronassem objeto de reflexão e projetos de renovação eclesial, como reformas ministeriais mais inclusivas (diaconato feminino e ordenação de homens casados), inclusão de casais de segunda união e homossexuais na comunidade eclesial, reforma da Cúria romana e adoção do princípio da sinodalidade na rotina pastoral da Igreja. O desafio das reformas estruturais da Igreja capazes de traduzir a teologia da igualdade do povo de Deus, permanece como o grande desafio como já havia sido no Concilio. A diferença é que no pontificado de Francisco a consciência dessa contradição foi assumida como problema a ser superado. O processo sinodal referente à sinodalidade, em plena recepção, significou a consciência e o esforço de buscar essa maior coerência eclesial (Brighenti, 2024). Como em toda reforma estrutural, as resistências acompanharam o processo com seus conhecidos argumentos e estratégias: a) renovar os discursos sem renovar a ordem institucional; b) rejeitar determinadas renovações como extemporâneas; c) rejeitar renovações como estranhas à longa tradição e ao regime doutrinal católico. A busca de coerência entre a teologia e a organização da Igreja permanecerá em pauta, ao menos por enquanto como legítimas e como tarefa de aperfeiçoamento.

4.4 O diálogo ecumênico e inter-religioso

O que o Vaticano II havia inaugurado como caminho de diálogo entre as diferenças religiosas foi colocado em prática e radicalizado nos gestos e ensinamentos de Francisco. Os limites diplomáticos e teológicos antes adotados como reguladores da prática dialogal dos Papas foram superados do ponto de vista teórico e prático. Não somente os encontros ecumênicos e inter-religiosos revelam a postura de um diálogo sem limites, como o próprio exercício de seu magistério, quando cita fontes não católicas em seus ensinamentos e, no caso, das duas Encíclicas Sociais adota como interlocutores principais personagens de outros credos: O Patriarca Ortodoxo, Bartolomeu, na Encíclica *Laudato si'* (8-9) e o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb na Encíclica *Fratelli tutti* (5). Francisco supera qualquer resquício de eclesiocentrismo católico-cristão, ao adotar o diálogo como escuta do outro e Deus como autor de toda verdade e como fonte de todas as religiões (FT 271-280). Para Francisco as

diferenças religiosas são como idiomas distintos sobre o mesmo Deus: “Existe apenas um Deus, e nós, as nossas religiões, somos línguas, caminhos para Deus. Alguns são sikhs, alguns muçulmanos, alguns hindus, alguns cristãos, mas são caminhos diferentes” (Encontro inter-religioso com os jovens em Singapura em 13 de setembro de 2024).

4.5 A missão profética e servidora da Igreja

Francisco leva adiante a consciência da missão profética e servidora da Igreja, como havia indicado a Constituição *Gaudium et spes*. O magistério social de Francisco inaugura uma nova etapa (Sorge, 2018, p. 19-20) na chamada Doutrina Social da Igreja, na medida em que: a) assume a dimensão planetária dos problemas da humanidade atual, nos aspectos ecológico e político; b) localiza sem negociações diplomáticas a raiz dos problemas planetários no atual modelo econômico; c) critica o modelo econômico como idolátrico; d) adota uma visão global integradora de todos os aspectos da vida no planeta; e) participa ativamente das Conferências das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas¹¹; f) assume a postura multilateral contra todas as formas de nacionalismos e isolacionismos; g) adota a opção pelos pobres como uma opção de toda Igreja e como decorrente do próprio Evangelho; h) rejeita todas as formas de exclusão e condenação definitiva do ser humano.

O magistério social do Papa Francisco é marcado ao mesmo tempo por realismo histórico e científico e por denúncia profética. A metodologia dos sinais dos tempos praticada e oferecida pelo Vaticano II, é adotada por Francisco como método e permite fecundar a visão crítica sobre as urgências da realidade presente e a proposição de um mundo novo pautado no projeto do criador para todos os seres humanos (Czerny; Barone, 2024). O método ver-julgar-agir é utilizado a partir desta moldura e traduz tecnicamente o que visa ser o ensinamento social da Igreja como princípios de discernimento e diretrizes de ação.

Embora as reformas franciscanas demonstrem limites no tocante às mudanças estruturais, elas proporcionaram uma espécie de síntese (no sentido dialético de superação das oposições) entre polarizações entre preservação e renovação, entre o universal e o particular e entre a fé e a realidade.

¹¹ A Exortação *Laudate Deum* foi escrita com o objetivo explícito de contribuir com a Cop28 realizada em Dubai, dedicando o Capítulo 5 diretamente ao evento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de recepção das decisões dos magistérios extraordinário e ordinário é sempre complexo e demanda tempo para concretizar-se nas diversas realidades eclesiás. Vivenciamos fases e diversidades na recepção do Vaticano II do ponto de vista da Igreja universal e das Igrejas locais. Cada pontificado conduziu a recepção, segundo as percepções e critérios dos Papas, marcado sempre por suas endogenias eclesiás. A reflexão estruturada em três fases da recepção conciliar, identificou em Francisco a fase madura dessa recepção, cuja característica básica tem sido a retomada do *aggiornamento* conciliar como pauta atual de reforma da Igreja atual na realidade atual. Como em todas as reformas, as reações conservadoras emergem com seus sujeitos vigilantes da verdade a ser preservada. As posturas de Francisco tem sido objeto de duras críticas, oposições e indiferenças dentro da Igreja. Os grupos tradicionalistas de variados tipos reafirmam modelos do passado, basicamente o tridentino, como reação segura às reformas franciscanas.

A hermenêutica de Francisco supera as suspeitas de ambiguidade das reformas conciliares. Munido das experiências eclesiás latino-americanas levou ao magistério universal o que havia sido definido, praticado e refletido pelas Igrejas locais e pela teologia no continente. As reformas têm mostrado seus limites políticos e estruturais, assim como no Concílio há sessenta anos. O pontificado franciscano caminha inevitavelmente para sua conclusão. Seu legado definitivo permanecerá no âmbito de seus ensinamentos, mesmo com parcas traduções na esfera das estruturas eclesiás. A era do *aggiornamento* está retomada como legitima e necessária. No espírito conciliar a Igreja deverá estar em permanente reforma.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concilio Vaticano II**. Aparecida: Santuário, 2006.
- ALBERIGO, Giuseppe (org.). **Historia del Concilio Vaticano II**. v. 5. Leuven; Salamanca: Peeters; Sigueme, 2008.
- ALMEIDA, Antonio J. Verbete *aggiornamento*. In PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (orgs.).**Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015.

- BENTO XVI. Discurso à Cúria Romana por ocasião da apresentação das felicitações de Natal, em 22 de dezembro de 2005. Disponível em:
https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html. Acesso em: 3 out. 2023.
- BRIGHENTI, Agenor. **Sinodalidade**: o jeito de ser Igreja comunhão e participação. Petrópolis: Vozes, 2024.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Vozes, 1985.
- COMONCHAK, Joseph. A luta pelo Concilio durante a preparação. In ALBERIGO, Giuseppe. **História do Concilio Vaticano II**. v. I. Petrópolis: Vozes, 1996
- CONGAR, Yves. **A tradição e a vida da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2025.
- CZERNY, Michael-BARONE, Christian. **Todos irmãos e irmãs, sinais dos tempos: o ensinamento social do Papa Francisco**. São Paulo: Paulinas, 2024.
- FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II. A luta pelo sentido**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FERRIN, Emílio G. **A angústia de Abraão: as origens culturais do judaísmo, do cristianismo e do islamismo**. São Paulus, 2018.
- FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii gaudium***. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. **Encíclica *Laudato si'***. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015
- FRANCISCO. **Encíclica *Fratelli tutti***. São Paulo: Paulinas, 2020;
- FRANCISCO. **Exortação *Laudate Deum***. São Paulo: Paulinas, 2023.
- FRANCISCO. Encontro inter-religioso com os jovens, em 13 de setembro de 2024. Disponível em:
<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2024/september/documents/20240913-singapore-giovani.html>. Acesso em: 03 out. 2023.
- HAYNES, Michael. **Os erros do Catecismo moderno: promulgado pelo Papa João Paulo II**. Rio de Janeiro: Editora CDB, 2025.
- JOÃO XXIII. Discurso de Sua Santidade João XXIII na abertura solene do Concílio Vaticano II, em 11 de outubro de 1962. Disponível em:
https://www.vatican.va/content/johnxxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_john_xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 3 out. 2023.
- KASPER, Walter. **A Igreja Católica: essência, realidade, missão**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. v. 2. Petrópolis: Vozes, 1963.
- KÜNG, Hans. **Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- KÜNG, Hans. **A Igreja tem salvação?** São Paulo: Paulus, 2012.
- MARCHETTO, Agostino. **El Concilio Ecumenico Vaticano II: per la sua corretta ermeneutica**. Citta del Vaticano, 2012.
- O'MALLEY, John. **O que aconteceu no Vaticano II**. São Paulo: Loyola, 2014.
- PASSOS, J. Décio. **A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões**. São Paulo: Paulinas, 2020.

- PASSOS, J. Décio. **Obstáculos à sinodalidade: entre a preservação e a renovação.** São Paulo: Paulinas, 2023.
- PASSOS, J. Décio. **O pontificado do Papa Francisco: entre a preservação e a renovação.** São Paulo: Paulinas, 2025.
- PINHO, J. Eduardo B. de. **A recepção como realidade eclesial e tarefa ecumênica.** Lisboa: Didaskalia, 1994.
- QUEIRUGA, Andres Torres. **A teologia depois do Vaticano II.** São Paulo: Paulinas, 2015.
- SCANNONE, Juan Carlos. **A teologia do povo: raízes teológicas do Papa Francisco.** São Paulo: Paulinas, 2019.
- SORGE, Bartolomeo. **Breve curso de Doutrina Social.** São Paulo: Paulinas, 2018.
- THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II:** Vol. I. São Leopoldo: Unisinos, 2015.
- VAZ, Henrique C. de Lima. **Ontologia e história.** São Paulo: Loyola, 2001.
- VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus: processo histórico e consciência eclesial.** Petrópolis: Vozes, 1996.

Conflito de interesses: O autor declara não haver conflito de interesses.

Recebido em: 10-10-2024.

Aprovado em: 25-11-2025.

Editor de seção: Moisés Sbardelotto